

Presidente da FNP quer incluir municípios na reforma da Previdência

RODRIGO DANIEL SILVA
REPÓRTER

Presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), o prefeito de Campinas, Jonas Donizette, defendeu que o Congresso Nacional inclua os municípios na reforma da Previdência. Ele participou, ontem, da 76ª Reunião Geral do grupo que acontece em Salvador até sexta-feira. "O Congresso Nacional é uma casa política e qualquer coisa traz ruídos. O grande problema da Previdência foram alguns governadores que se posicionaram publicamente contra. Isso deixou os deputados em situação desconfortável e foi ruim.

Agora, a gente está tentando corrigir esse rumo com a PEC paralela que vai aprovada no Senado. Tenho muito expectativa que sim (que seja aprovada). O que vai falar a PEC? Cada Assembleia vai aprovar uma lei que vai validar para todos os municípios. Os deputados estão chamando assim os governadores para a responsabilidade", afirmou.

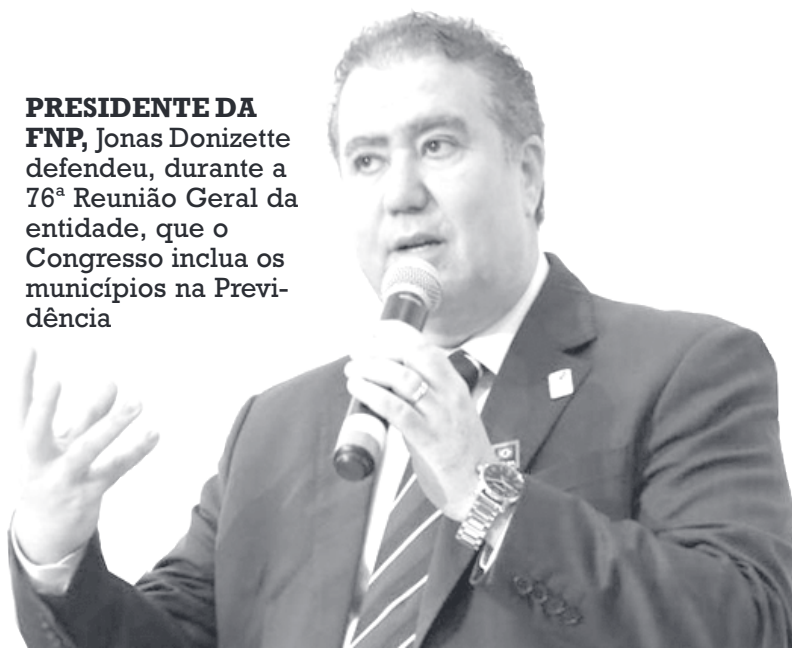
A inclusão de estados

RECURSOS

Donizette defendeu que o Congresso inclua os municípios na reforma da Previdência

e municípios na reforma da Previdência tramita em PEC (Proposta de Emenda à Constituição) paralela para evitar que o texto base volte para a Câmara já que, pelo regimento, qualquer mudança no texto original exigiria uma nova análise dos deputados. Ainda no evento, Jonas Donizette defendeu o fortalecimento dos municípios e disse que a reforma tributária, que também tramita no Congresso, precisa proteger as cidades. "A população tem demandado muitos serviços, como saúde e educação, e quem presta são as prefeituras. Temos que fortalecer os municípios para que tenham mais capacidade de atender aquilo que são demandas. (...) (E na reforma

PRESIDENTE DA FNP, Jonas Donizette defendeu, durante a 76ª Reunião Geral da entidade, que o Congresso inclua os municípios na Previdência



tributária) deve ser preservada a capacidade de investimento dos municípios. Não pode ser algo que traga mais sacrifício ainda para os municípios", pontuou.

Anfitrião do evento, o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), pediu que os gestores municipais se unam para tratar das pautas. "Vivemos um momento muito importante na pauta do país, especialmente no que se refere ao posicionamento do futuro do papel dos municípios. É fundamental que as prefeituras estejam unidas,

sobretudo agora quando se discute a reforma tributária no Congresso Nacional, tema que afeta diretamente os municípios brasileiros", afirmou. Também ressaltou a necessidade de os prefeitos estreitarem a interlocução com a Câmara dos Deputados. "Eu conversei com líderes da Câmara e eles têm toda disposição de rediscutir o percentual para ampliar a participação dos municípios. Ao longo dos anos, os municípios foram cada vez mais adquirindo responsabilidades. Portanto, é fundamental que as prefei-

turas estejam preparadas, do ponto de vista orçamentário, da saúde financeira, para prestar serviços nas áreas mais essenciais como educação, saúde, infraestrutura e habitação", disse ACM Neto.

No evento, a secretária especial de articulação federativa da Previdência da República, Débora Arôxa, garantiu que em breve será encaminhado ao Congresso uma PEC que trata de distribuição de recursos originados da produção de petróleo via cessão onerosa entre estados e municípios. "Para que o município tenha a condição de operacionalizar as políticas públicas, é essencial ter receita e condição de desenvolvimento local. Temos discutido com a equipe econômica sobre o que dá para fazer este ano, tanto para liberação da cessão onerosa e desburocratização do processo quanto para melhoria do ecossistema municipal, de modo que já reflita em resultados para o próximo ano", frisou.

AVALIAÇÃO

Neto admite força de Rui, mas diz que aprendeu a ganhar eleição



ACM NETO reiterou que vai definir seu candidato ainda este ano e, segundo ele, o nome definido será responsável pela articulação na definição da chapa

O prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), admitiu, ontem, que o governador Rui Costa (PT) terá um peso no pleito do próximo ano, mas o democrata fez questão de ressaltar que "confia no meu taco" e que aprendeu "a ganhar eleições municipais". Na eleição de 2018, quando disputou a reeleição, o petista conquistou 74% dos votos do eleitorado da capital baiana. "Qualquer governador tem peso em uma eleição. Quem sou eu para retirar o peso do governador na eleição. Não faria isso. Agora, eu confio no meu taco. Acho que a eleição municipal é municipal. A discussão é municipal. Eu, de certa forma, aprendi a ganhar eleições

municipais. Ganhei as últimas duas sendo que a de 2012 em um cenário muito adverso, e a de 2016 com 74%. Então, eu tenho que confiar no que montei até aqui, no potencial que nós temos e na força que a gente reúne", afirmou Neto, durante a 76ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP).

ACM Neto disse,

ACM NETO

Diz que "confia" no seu taco e que aprendeu "a ganhar eleições municipais".

ainda, que está "bastante tranquilo" sobre a eleição de 2020. "Eu passei por momentos bastante difíceis e de angústia na decisão que considero extremamente acertada de ficar na prefeitura, de não ter renunciado ao mandato em 2018. Mas ali sem dúvida havia uma pressão externa muito grande que eu tive que enfrentar com maturidade, com responsabilidade. Os fatos por si só mostram que a decisão que tomei foi acertada. Desta vez, eu estou muito tranquilo porque a dinâmica está em nosso controle. Estamos trabalhando muito pela cidade. O que credencia a apresentar um nome e sensibilizar a população de que o projeto

precisa continuar são as entregas que a gente fez e vem fazendo. Toda a transformação que oferecemos", pontuou.

O prefeito reiterou que vai definir seu candidato ainda este ano e, segundo ele, o nome definido será responsável pela articulação na definição da chapa. "Asseguro que no final do ano o nome estará escolhido. Primeiro, vamos validar com os parceiros da política e pretendo anunciar antes da virada do ano o meu candidato a sucessão. E a partir daí esse candidato terá toda a tranquilidade para fazer sua articulação e montar a estratégia que achar mais inteligente para vencer as eleições", ressaltou.

Câmara de Salvador aprova empréstimo de R\$ 104 milhões junto à Caixa

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

A Câmara Municipal de Salvador aprovou, na sessão ordinária de ontem, um empréstimo milionário da Prefeitura de Salvador, junto à Caixa Econômica Federal. Antes da votação, técnicos da gestão municipal fizeram uma breve explanação sobre as próximas intervenções relacionadas à mobilidade e saneamento no Município. Foram 31 votos a favor. Declararam voto contrário ao texto as vereadoras Aladilce Souza (PCdoB), Ana Rita Tavares (PMB) e Marta Rodrigues (PT), e os vereadores José Trindade (sem partido), Sílvio Humberto (PSB), Hélio Ferreira (PCdoB) e Marcos Mendes (PSOL).

As ações serão realizadas mediante aprovação de empréstimo de R\$ 104 milhões, no âmbito do Programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento, que tramita na Câmara (Substitutivo ao Projeto de Lei nº 234/19). As intervenções propõem obras complementares ao BRT (Bus Rapid Transit). Foram incluídas, ao todo, sete emendas. De acordo com o detalhamento da mensagem enviada à Casa Legislativa pelo prefeito ACM Neto, os recursos do empréstimo destinam-se à realização de investimentos nas áreas de saneamento, no valor de R\$ 30 milhões, e de mobilidade urbana, no montante de até R\$ 74,1 milhões. A proposição do Executivo aprovada pela Câmara destinará recursos também para inter-

venções em bairros como Mata Escura e Periperi (Paraguari).

O presidente Geraldo Júnior (SD) defendeu a votação como forma de cumprimento de prazos. "É uma entrega que devemos fazer à cidade", afirmou, destacando a importância das obras. Para tirar dúvidas sobre as áreas de aplicação dos recursos, representantes da Prefeitura de Salvador, a exemplo do secretário municipal da Fazenda, Walter Cairo, e o superintendente da Supop, Jessé Carvalho, estiveram à disposição dos vereadores no Salão Nobre.

SUAS - A secretária de Promoção Social e Combate à Pobreza (Sempre), Ana Paula Matos comemorou a aprovação, por unanimidade, do Projeto de Lei nº 139/



Foto: Antonio Queirós

2019, que estabelece o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na capital baiana. A proposta foi aprovada na Câmara Municipal. O SUAS trata da consolidação de cinco leis municipais que vai trazer uma série de benefícios para a cidade, dentre eles, a possibilidade de ampliação do auxílio alu-

guel para até 35% do salário mínimo. A Lei regulamenta e destina recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais conforme §1º do Art. 22 da Lei Federal nº 8.742, de 1993, em consonância com o Conselho Municipal de Assistência Social, além de executar os programas de enfrentamento à pobreza, incluindo a parceria com Organizações da

VEREADORES votaram projeto na sessão ordinária de ontem, na Câmara de Salvador

Sociedade Civil.

Ana Paula Matos explicou que hoje o auxílio alu- guel só é atualizado por força de lei, logo, se tem "defasagem" não temos o que fazer, agora não, aumentou o salário mínimo a gente pode atualizar o valor", ressaltou. Entre as novidades previstas no projeto, está a vinculação dos benefícios socioassistenciais a proporções do salário mínimo e a criação do Benefício Complementar, modalidade exclusiva para cidadãos e famílias em situação de rua. A proposta dá destaque aos públicos em situação de rua, mulheres vítimas de violência, além da comunidade LGBTQI+ e outros públicos prioritários em vulnerabilidade e risco. Nesse contexto, também passa a ser legalizada a possibilidade de aluguel social e benefício alimentação para mulheres em risco de morte.

MPT marca audiência para mediar fechamento da Petrobras



APÓS O FIM das atividades da Torre Pituba, o Ministério Público do Trabalho fará audiência para discutir impactos com a mudança

O Ministério Público do Trabalho (MPT) na Bahia realiza na próxima terça (15) a primeira audiência do processo de mediação dos impactos da transferência de empregados da Petrobras de sua sede de Salvador para outros estados. Procurado pelo Sindicato dos Petroleiros da Bahia (Sindipetro) após o anúncio do fim das atividades na Torre Pituba, prédio que abriga as operações da empresa, o órgão decidiu convocar de imediato uma reunião para ouvir dos trabalhadores e a empresa. O objetivo é discutir, em comum acor-

do, meios de amenizar os impactos da mudança.

O processo de redução da presença da empresa no estado teve início com o fim das operações no Estaleiro Paraguaçu, em 2014, seguido do anúncio de que pretendia se desfazer da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados, no ano passado. Mas a situação se agravou completamente neste ano, quando a estatal petrolífera decidiu encerrar as atividades na Torre Pituba, complexo que hoje opera com apenas 20% de sua capacidade, e mobiliza 1,5 mil servidores e 2,5 mil

terceirizados. As informações prestadas pelo Sindicato na denúncia que apresentou ao MPT dão conta de que os servidores estão sendo transferidos e que os terceirizados estariam sendo demitidos. O órgão avaliou que nesse momento seria mais prudente buscar uma solução negociada, tentando-se a todo custo atenuar os impactos econômicos e sociais sobre a cidade e tentando ainda abrir espaços para a avaliação de casos específicos de trabalhadores que possam ter dificuldade de ser transferidos ou que não

possam ser demitidos.

Para gerir esse processo, o MPT constituiu um grupo de trabalho formado pelos procuradores Rômulo Almeida, Pedro Lino de Carvalho Júnior e Pacifico Rocha. Eles irão conduzir a mediação, buscando ouvir trabalhadores e empregadores e tentando encontrar meios de negociar pontos específicos da operação de saída da empresa da cidade. Na mediação, não está sendo discutida a decisão da empresa de fechar a Torre Pituba, mas sim administrar os impactos que essa decisão causa.